

subsídio inesc

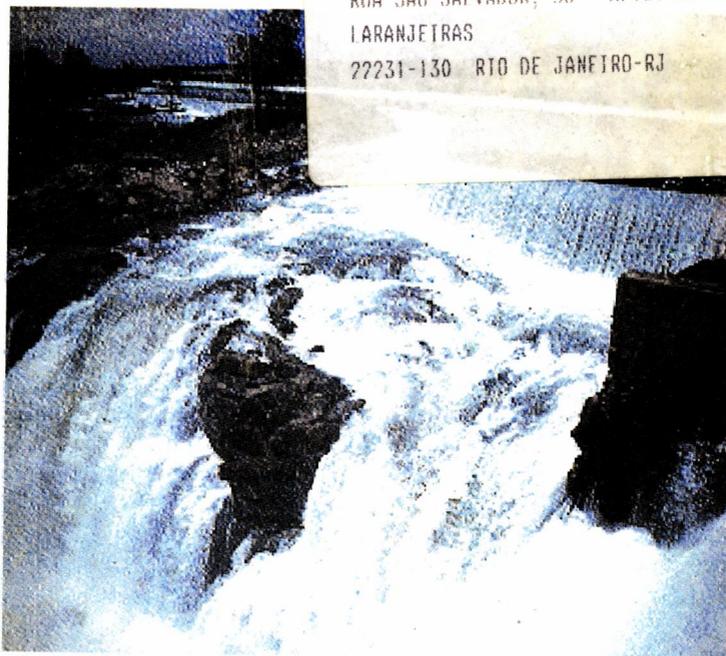
Brasília - novembro de 1997 - Ano V - Nº 35

TARA FERRAZ - 10387

RUA SÃO SALVADOR, 53 - APT. 601

LARANJEIRAS

22231-130 RIO DE JANEIRO-RJ



O PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE PAINEL DE INSPEÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA O PROJETO DE ITAPARICA

Aurélio Vianna



Texto para reflexão e estudo

O que é o INESC

O Instituto de Estudos Sócio-Econômicos INESC é uma organização não-governamental, sem finalidades lucrativas, voltada ao desenvolvimento institucional e político da sociedade civil em suas relações com o Parlamento, colaborando para a construção do Estado Democrático de Direito. É uma entidade suprapartidária independente e autônoma em relação ao Estado, aos movimentos sociais organizados, às igrejas, aos partidos políticos.

Desde 1979, quando foi fundado, desenvolve atividades de assessoramento aos parlamentares democratas e aos movimentos da sociedade civil em suas demandas políticas e institucionais, com ênfase em suas necessidades de acompanhamento de questões relacionadas com o Parlamento.

subsídio inesc

Publicação do INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - SCS - Quadra 08 - Bloco B-50 - Salas 431/441 - Supercenter Venâncio 2.000 - CEP: 70.333-900 - Brasília - DF - Brasil Tel: (061) 226.8093 - Fax: (061) 226.8042
E-Mail: inesc@ax.apc.org - INTERNET: inesc@brnet.com.br

Coordenação: Ida Pietricovsky de Oliveira

Conselho Editorial: Wellington de Almeida (Coordenador-Geral interino e Cooperação Internacional), Paulo Pires de Campos (Assessoria Especial e Ação da Cidadania), Jussara de Goiás e Mário Volpi (Criança e Adolescente), Iara Pietricovsky e Amália Maranhão (Questões Indígena e Ambiental), Edécio Vigna de Oliveira (Questões Agrária e Agrícola), Paulo Eduardo Rocha (Orçamento), Ida Pietricovsky de Oliveira (Comunicação).

Edição Eletrônica: Jovelino Junio Camuzi

Impressão: Tipogresso



APRESENTAÇÃO

Os Bancos Multilaterais e o Estado brasileiro sempre mantiveram como um segredo quase absoluto (em alguns casos, uma verdadeira caixa preta) suas negociações. Os impactos das políticas implementadas com recursos destas instituições são grandes e geram problemas para inúmeros grupos sociais. Em muitos casos, por diversas gerações, tanto no Brasil como em quase todos os países do "Sul".

Mas a sociedade civil, especialmente aquela que sofre com os efeitos dos projetos financiados pelos Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento, vem se articulando e pressionando para abertura de instâncias institucionais de transparência e participação. E mesmo que não haja uma resolução imediata do problema, que haja uma discussão mais democrática e plural para busca de possíveis caminhos para o drama vivido por milhares de pessoas em todo o mundo.

Este Subsídio, escrito por Aurélio Viana, relata um desses casos. Através da forte articulação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, conta como se deu o caso da Barragem de Itaparica - financiada com recursos do Banco Mundial e contrapartida do governo brasileiro -, quando a população atingida - mas não beneficiada - resolveu implementar ações que mudassem a realidade local. A riqueza desta publicação está na revelação detalhada do processo de organização da comunidade atingida e do seu amadurecimento, que culminou com o questionamento do projeto através da solicitação do Painel de Inspeção (a explicação você verá no texto que segue). Depois de dez anos de sua execução e milhões de dólares gastos, a comunidade ainda se encontra em situação precária nas desenvolver um grau de autonomia e capacidade de articulação admiráveis.

Mais do que um relato, Aurélio mostra que é possível mudar e qualificar a discussão sobre estes e outros temas junto ao Estado e a estas instituições multilaterais, retirar o véu que as cobre, dar luz não só ao drama, mas também aos caminhos que deverão, necessariamente, ser trilhados, em conjunto com a sociedade civil organizada.

Amália Maranhão
Assessoria Indígena e Ambiental



ÍNDICE

Apresentação

Introdução

- A solicitação de inspeção ao Banco Mundial 6
- A busca de informações para a elaboração da solicitação 7
- As dificuldades criadas com a solicitação de Painel 7
- O encaminhamento da demanda envolveu diferentes atores 8
- O neo-nacionalismo do diretor executivo do Brasil 9
- O início da pressão no Brasil sobre a posição do diretor executivo 10
- O lugar da solidariedade internacional 11
- O Painel de Inspeção: uma ferramenta não compreendida e não aceita 11
- O aumento da pressão no Brasil e a intransigência do governo brasileiro 12
- A importância do voto dos acionista minoritários 13

Conclusão

- Uma atitude responsável 15
- O jogo viciado do Banco Mundial 15
- Painel e mobilização popular 16
- A importância do *lobby* junto aos governos do "Sul" 16
- Os desdobramentos inesperados: a atuação do Pólo Sindical 16

O Painel de Inspeção

Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO)



INTRODUÇÃO

Em Memória de Fulgêncio Manoel da Silva, dirigente do Pólo Sindical, assassinado no dia 16 de outubro de 1997 em virtude de sua luta contra a violência dos narcotraficantes.

*Aurélio Vianna Jr.**

No dia 12 de Março de 1997 o Pólo Sindical do Sub-médio São Francisco, mais conhecido como Pólo Sindical, enviou de Recife (estado de Pernambuco, nordeste do Brasil) uma encomenda urgente para Washington (Capital): os documentos com a solicitação de Painel de Inspeção¹ do Banco Mundial para o Projeto de Reassentamento dos Atingidos pela Barragem de Itaparica², denunciando que, quase dez anos depois do deslocamento compulsório de mais de 40 mil pessoas, os resultados do Projeto da Eletrobrás executado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, financiado pelo Banco Internacional pela Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial, levou a que significativa parcela da população beneficiária encontre-se em condições de produção e reprodução social inferiores às anteriores à construção da hidrelétrica. Ou seja, depois de dois empréstimos que totalizam US\$ 232 milhões de dólares, sendo apenas o último de US\$ 100 milhões, apenas 35% dos projetos de irrigação encontram-se inteiramente implantados.

* *Doutor em Antropologia Social, Secretário Executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Paper apresentado na reunião Forum'97: New Linkages in Conservation and Development, November 16-21, Istanbul, Turkey.*

¹ Ver sobre o Painel em box na página 17

² A Hidrelétrica de Itaparica foi construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, na fronteira dos estados da Bahia e Pernambuco, inundando uma área de cerca de 834,0 km² e deslocando compulsoriamente mais de 40.000 pessoas.



- **A solicitação de inspeção ao Banco Mundial**

As lideranças do Pólo Sindical e da coordenação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil) começaram a discutir o que fazer diante do iminente término do financiamento do Banco Mundial e da não conclusão de pelo menos 65% dos projetos de irrigação, além dos sérios problemas com parte das áreas em produção. Dentre as alternativas apresentadas pensou-se na elaboração de uma solicitação de um Painel de Inspeção do Banco Mundial para o Projeto de Assentamento e Irrigação de Itaparica. Avaliava-se em uma primeira instância se o encaminhamento do pedido era politicamente correto, pois alguns argumentavam que o Painel era um instrumento criado pelo Banco Mundial para legitimar suas políticas e não para efetivamente investigar, propor e encaminhar soluções. Analisava-se a capacidade operativa do Pólo Sindical e da Rede Brasil em atender às demandas que seriam criadas com a elaboração e o encaminhamento da solicitação. E, além disto, discutia-se os efeitos políticos de uma solicitação de Painel sobre as outras negociações em curso que estavam sendo encaminhadas pelo Pólo Sindical junto ao governo brasileiro. Buscava-se também interpretar o item das normas operativas do Painel que assinala que somente pode ser solicitada inspeção para um projeto com menos de 95% dos desembolsos efetivados. Como no caso de Itaparica ocorreram dois empréstimos do Banco Mundial - o primeiro de 132 milhões de dólares e o segundo de 100 milhões - optou-se por solicitar a inspeção apenas do segundo, do qual já haviam sido desembolsados 93,5%.

Em síntese, realizou-se uma análise dos custos - em recursos humanos e financeiros, em articulações políticas - do encaminhamento da uma solicitação de inspeção. Isto é, encaminhar a solicitação era deixar de desenvolver atividades no âmbito local e nacional que também tinham destacada relevância, assim como poderia levar a um rearranjo das articulações políticas locais e nacionais diante das demandas que já estavam sendo encaminhadas pelo Pólo Sindical.

As lideranças do Pólo Sindical enxergando uma boa oportunidade política para o encaminhamento de suas demandas posicionaram-se pela elaboração da solicitação, acreditando nas possibilidades de sucesso da ação, isto é, de com o Painel de Inspeção conseguirem finalmente a conclusão das obras.

- **A busca de informações para a elaboração da solicitação**

A elaboração da solicitação foi feita em sigilo, pois como faltava muito pouco para o encerramento dos desembolsos do Banco Mundial não se pretendia apressar a conclusão do financiamento, tornando assim o pedido inelegível pelos regulamentos do Painel de Inspeção. Apesar do sigilo, buscou-se comprovar com documentos os contatos que o Pólo Sindical teve com o Banco Mundial ao longo de quase dez anos. O dilema estava em buscar mais informações sobre o projeto, visando fundamentar documentalmente a demanda, sem contudo, torná-la pública. Isto levava a uma outra dúvida, o envolvimento de um conjunto maior de atingidos pelo projeto, mais amplo que a coordenação do Pólo Sindical, sem com isto, fazer com que se demonstrasse que algo de muito importante em relação ao Banco Mundial estava sendo feito. Como preparar um pedido de inspeção sem avisar os parceiros no governo brasileiro e no Banco Mundial?

Diante das exigências do próprio Painel de Inspeção os demandantes devem ter mais que as informações básicas sobre o projeto, no sentido de fazer com que o pedido tenha mais conteúdo e assim, possibilidade de aprovação. Entretanto, isto faz com que se tenha que estabelecer contatos com o Banco que, depois de imaginar os objetivos da demanda de informação, dificulta o acesso ao que é solicitado. Acontece que via de regra os funcionários do Banco vivenciam a instalação do Painel como uma investigação de seu próprio trabalho, posicionando-se publicamente contra a utilização deste instrumento de participação e transparência criado pelo próprio Banco Mundial.

- **As dificuldades criadas com a solicitação de Painel**

O pedido de inspeção assinalava para os limites e para as possibilidades do diálogo da Rede Brasil com o Banco Mundial. Resolveu-se que seria relevante agendar um encontro com o Oficial de Ligação do Banco Mundial para a sociedade civil, pois tratava-se de delimitar melhor os espaços do diálogo institucional e mostrar que, mesmo com enfrentamentos em espaços de transparência e participação do Banco Mundial (como o Painel de Inspeção) era necessária a manutenção dos canais que já se havia construído junto ao Banco. Assim, ocorreu um encontro da Rede Brasil com o Oficial de Ligação, com a presença do Gerente do Projeto de Itaparica. No encontro ocorrido, ao mencionar-se o Painel, o Gerente do Projeto afirmou que já tinha experiência com o Painel do Planaflo³ - em que teria acompanhado uma de suas etapas -

³ Ver sobre Planaflo em Box, na página 19.

onde, segundo ele, teria havido uma "traição" das ONGs de Rondônia que estavam negociando com o Banco Mundial e seus técnicos e, sem o menor aviso, teriam encaminhado uma solicitação de Painei.

Daí surgiam novas dúvidas se seria possível continuar com negociações com o próprio Banco e o governo sobre o projeto em questão depois do envio da solicitação do Painei. Ou ainda, se seria possível manter negociações com o Banco e com o governo sobre outros projetos durante o encaminhamento de um pedido de Painei.

- **O encaminhamento da demanda envolveu diferentes atores**

Depois de elaborada a solicitação de inspeção, o documento foi encaminhado diretamente ao Painei de Inspeção em Washington, à Missão do Banco em Brasília, à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, a parlamentares no Congresso Nacional e a todas as entidades membro da Rede Brasil. A intenção foi tornar público no Brasil o pedido encaminhado ao Painei, além de informar oficialmente o governo brasileiro e o Congresso Nacional. Além disso, foi encaminhado ao I Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens, que ocorria no Brasil, onde recebeu sua primeira moção de apoio.

Aproveitando uma reunião das ONGs brasileiras com o presidente do Banco Mundial no Rio de Janeiro em função da Rio +5, a solicitação também foi entregue diretamente a James Wolfensohn e este afirmou que, independentemente da posição do Painei de Inspeção ou mesmo dos Diretores executivos do Banco, não deixaria este problema sem solução. O presidente do Banco Mundial falou na primeira pessoa, afirmando para não deixar dúvidas, e sua palavra foi considerada um compromisso, prontamente festejado pelo Pólo Sindical.

A imprensa brasileira pouco noticiou a solicitação de inspeção, mas os efeitos do pedido seriam imediatamente visíveis na equipe da Missão do Banco e mesmo na Comissão Interministerial do governo brasileiro criada para resolver o "problema de Itaparica".

Com efeito, a solicitação de Painei unificou contra a solicitação atores com diferentes interesses em relação ao Projeto de Itaparica. A CHESF tinha medo da investigação ser mais ampla que a da própria atuação do Banco Mundial, que incluísse a empresa e a atingisse com uma série de



acusações de desvio de recursos, ou no mínimo, de má utilização dos mesmos. A Missão do Banco Mundial no Brasil era contrária basicamente porque o Painei investigaria a atuação do Banco, o que sem a menor dúvida não é algo agradável a quem é responsável pelo que está sendo investigado. Sempre existe a possibilidade de os resultados do Painei atingirem as carreiras dos funcionários dentro do próprio Banco. Além disto, o processo ocorrido no Planaflo era recente o bastante para reavivar divergências em relação ao *modus operandi* do Painei de Inspeção. A posição do governo brasileiro naquele momento, também contrária ao Painei, baseava-se fundamentalmente na visão técnico-financeira de que o governo já havia gasto muitos recursos com o projeto, o que tornaria inviável sua continuidade. O governo não avaliava o projeto a partir da boa ou má utilização dos recursos, mas por sua "antiguidade" que atrapalhava a Carteira de Projetos do Brasil no Banco Mundial.

Talvez poucas vezes em todo processo de lutas políticas empreendidas pelo Pólo Sindical, uma ação dos atingidos pela barragem de Itaparica conseguia unificar como opositores tão diferentes atores. Em outros momentos de crise, o Pólo conseguira o apoio da CHESF contra uma posição do Banco, em outros do Banco contra uma posição do governo, agora eram todos contra a posição do Pólo.

- **O neo-nacionalismo do diretor executivo do Brasil**

Neste período, a Rede Brasil foi convidada a participar de um encontro em Washington (Capital) - EUA. Aproveitando a oportunidade foi agendada uma reunião com Murilo Portugal, um brasileiro substituto do diretor executivo para o Brasil, sobre a solicitação de Painei de Inspeção para o caso de Itaparica. A posição do representante do governo brasileiro no Banco Mundial foi professoral e taxativa: "somos contra esse e qualquer outro pedido de Painei, vocês tem que aprender a resolver os problemas com projetos do governo brasileiro no Brasil".

O que estava sendo apresentado de forma inequívoca é que o representante do governo brasileiro não reconhecia o Painei de Inspeção (assim como outras instâncias de participação cidadã no Banco Mundial) como instâncias legítimas. Como se apenas o governo pudesse relacionar-se com o Banco, como se o governo não reconhecesse as instâncias aprovadas pela junta de governadores do Banco Mundial - da qual o governo brasileiro faz parte por meio de seu diretor executivo. Isto é, se o processo

de globalização criou (e cria) instituições multilaterais, que por sua vez algumas vezes produzem fóruns de participação cidadã planetária, por que o governo brasileiro como ator destacado deste processo não reconhece essas instâncias?

O diálogo colocava em evidência que diante de um poder executivo democraticamente eleito no Brasil, com partidos políticos e entidades civis com liberdade de organização, não seria legítimo solicitar a intervenção de agências multilaterais no sentido de pressionar o governo, como muitas vezes ONGs ambientalistas já haviam feito com sucesso em outros momentos. Além disso, é preciso lembrar que a maior parte das pressões do Banco sobre o governo tinha um sentido anti-popular, como por exemplo o de seguir o receituário de seus programas de ajustes estruturais. Nesse sentido, a pressão sobre as agências deve ocorrer, mas no sentido de que cumpram corretamente seus mandatos, mas não para que pressionem nosso governo. Ao contrário, o governo brasileiro deve ser pressionado no Brasil para que mude sua posição no Conselho Diretor do Banco Mundial. Assim, a oportunidade de solicitação do Painel de Inspeção para o caso de Itaparica foi também um bom momento para uma avaliação desta "nova metodologia" de atuação frente a organismos multilaterais. Atuar com vistas a que o organismo cumpra seu mandato frente à política ou ao projeto, mas não solicitando a intervenção, ou pressão, do organismo junto ao governo nacional.

- **O início da pressão no Brasil sobre a posição do diretor executivo**

Enquanto isso, no Brasil, colocava-se a questão de como mudar o voto do representante brasileiro no Banco Mundial, optando-se inicialmente por pressionar Murilo Portugal a partir do Congresso Nacional. O deputado Fernando Ferro (PT/PE), com estreitas ligações com o Pólo Sindical, foi contactado e diante das informações dadas, fez um importante pronunciamento na Câmara Federal cobrando de Murilo Portugal um voto favorável à instalação do Painel.

Os efeitos do pronunciamento, depois enviado ao Banco Mundial em Washington, são difíceis de avaliar, mas, pelo menos, a posição do representante do Brasil no Banco Mundial passou a ser analisada pelo Parlamento brasileiro, algo que até então nunca havia acontecido. Paradoxalmente, a Rede e o Pólo atendiam uma das demandas de Murilo Portugal: as nossas questões com o governo brasileiro deveriam ser discutidas no



Brasil, ainda que certamente ele não tenha considerado seus posicionamentos na diretoria do Banco Mundial como algo afeto ao Congresso Nacional.

- **O lugar da solidariedade internacional**

A solidariedade internacional que fora acionada desde a apresentação da solicitação no Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens, continuou com o trabalho e o envio de mensagens de ONGs de todo o mundo e particularmente de Washington. Para tanto, os informes elaborados pela OXFAM/Brasil e pelo Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS foram de extrema importância. Mas, cabe também destacar o trabalho do *Center for International Environmental Law* (CIEL), que colocou à disposição do Pólo Sindical um conjunto de avaliações que ajudaram a uma maior compreensão da "cultura política" do grupo do Painel e da lógica de tomada de resolução dos diretores executivos do Banco Mundial.

- **O Painel de Inspeção: uma ferramenta não compreendida e não aceita**

A data para a apreciação do relatório do Painel de Inspeção pelos diretores executivos foi inicialmente marcada para o dia 22 de julho, uma terça-feira. Antes dessa data um representante da Rede Brasil voltou a Washington e manteve contato com um assessor de Murilo Portugal solicitando uma reunião. A solicitação não foi objeto sequer de uma resposta formal à mensagem eletrônica enviada, que no entanto foi recebida pelo assessor. Em Washington duas ONGs locais - CIEL e *Bank Information Center/BIC* - organizaram uma agenda de visitas a diretores executivos que participariam da reunião decisiva.

A receptividade foi melhor com outros diretores executivos. O do Canadá, considerado em Washington um progressista, questionou inicialmente o pedido de Painel, perguntando o que afinal se queria com aquilo. Depois passou a questionar a responsabilidade do Banco Mundial no fracasso do projeto e o instrumento de inspeção. "O problema é com o Painel de Inspeção... Com um nome como esse - de inspeção! - provoca revolta nos funcionários do Banco Mundial! E, para que rever o passado se não para propor alternativas para solucionar os erros e os problemas? O nome e o mandato deveriam ser alterados", insinuava o diretor. No encerramento da reunião o diretor disse que o encontro havia sido esclarecedor e que,

com o outro que tinha realizado com o gerente do Projeto, serviu para consolidar sua posição frente à solicitação. Ou seja, ao que parece, técnicos do Banco também estavam em Washington fazendo trabalho de *lobby*. O substituto para a região da Centro América apresentou-se mais aberto à solicitação de Painel, mas por outro lado mais suscetível a pressões, pois afirmou explicitamente que dentro do Banco era representante de países "fracos" e assim com maiores limitações de intervenção em determinadas temáticas. Ora, por outro lado, são esses mesmos "países fracos" que tradicionalmente mais conseguem impedir a instalação de Painéis. O objeto dos painéis são projetos financiados nestes países, o que parece provocar uma certa união de representantes de países mutuários contra a posição de alguns dos países doadores que votam a partir da pressão de organizações da sociedade civil do "Norte".

Enfim, no dia 21 de julho, a Rede Brasil foi avisada pelo CIEL do adiamento da apresentação aos diretores executivos para o final de agosto ou início do mês de setembro, o que proporcionou mais tempo para o encaminhamento de novas ações.

O aumento da pressão no Brasil e a intransigência do governo brasileiro

Os informes recebidos de Washington destacavam a resistência do governo brasileiro à instalação do Painel, que havia forçado o adiamento da apreciação pelos diretores executivos. Neste sentido, isto levava a que as avaliações fossem positivas em relação ao trabalho feito até então. E, como a resistência encontrava-se no governo brasileiro, nada mais acertado que pressioná-lo diretamente com vistas à alteração do "voto" do representante do Brasil junto aos diretores executivos.

A atuação passou a uma intervenção frente a parlamentares de diversos partidos, diretamente junto ao presidente da República e ainda, junto à imprensa, com vistas a informar o que estava acontecendo em Washington e a questionar a posição apriorística do governo brasileiro de ser contra o Painel de Inspeção. O argumento básico que deveria ser utilizado era o mesmo que foi consolidando-se ao longo do período: o mandato do Painel era sobre a atuação do Banco Mundial frente ao projeto e não em torno das ações do governo brasileiro (isto é, da Eletrobrás e da CHESF) e a posição do governo brasileiro de não aceitar a participação cidadã em um



organismo multilateral era contraditória com suas intenções de boa inserção do Brasil nos organismos multilaterais e no mundo globalizado.

Os contatos com os parlamentares começaram a ser feitos, foi elaborada uma carta aberta com abaixo-assinado ao presidente da República e uma carta que foi encaminhada por fax a todos os diretores executivos e uma série de notas à imprensa.

A carta aberta com abaixo assinado conseguiu quase oito mil assinaturas de reassentados no Projeto de Itaparica e foi entregue na Presidência da República, no Ministério do Planejamento e Orçamento, no Ministério da Fazenda, no Senado Federal, na Câmara Federal, na representação do Banco Mundial em Brasília e enviada para o Painel de Inspeção em Washington. No Senado mereceu um pronunciamento do senador Roberto Freire (PPS/PE), governista, que solicitou a alteração do voto do Brasil na questão, e ainda, uma carta do senador Eduardo Suplicy (PT/SP), de oposição, ao presidente da República, solicitando sua intervenção pessoal junto a seu subordinado no Banco Mundial. Na Câmara, o deputado Fernando Ferro, em nome do Partido dos Trabalhadores, fez pronunciamento e solicitou a transcrição da carta aberta nos anais da Casa.

► No dia 29 de agosto, o secretário de Relações Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, Roberto Jaguaribe enviou uma carta a Gobind Nankani, diretor do BIRD para o Brasil, informando-o da existência de um Plano de Ação do governo brasileiro para solucionar os problemas de Itaparica com recursos próprios (do governo) e indicando suas principais linhas de ação.

• A importância do voto dos acionistas minoritários

Os diretores executivos do Banco Mundial começaram a avaliar a indicação de inspeção plena na reunião do dia 4 de setembro. Depois de uma série de discussões sobre o caso de Itaparica os diretores adiaram sua resolução para o dia 9, quando também avaliariam a décima-primeira solicitação de inspeção ao Painel, a de Singrauli (Índia).

Entre os dias 4 e 9 de setembro, ONGs internacionais se mobilizaram em apoio à solicitação de inspeção. Neste contexto, a ONG *BothENDS* enviou uma mensagem eletrônica à Rede Brasil informando que



CONCLUSÃO

• Uma atitude responsável

A resolução de elaborar, enviar e acompanhar uma solicitação de Painel de Inspeção do Banco Mundial foi uma atitude responsável de camponeses e de suas organizações sindicais, que em um momento do processo de questionamento de um projeto tomaram a resolução de responsabilizar o Banco Mundial por seus erros e suas omissões. Ao contrário do que alguns afirmam, não foi uma atitude irresponsável de quem não tem nada a perder ou apenas pretende criticar o projeto, mas fundamentalmente de quem tem muito a perder (pois são suas vidas e seu futuro que estão em jogo) e de quem não tem pessoal disponível para o acompanhamento de todo o processo. Elaborar, encaminhar e acompanhar um pedido de Painel de Inspeção são ações que demandam investimentos políticos, técnicos e financeiros, particularmente quando as ações são encaminhadas com seriedade, como foi o caso de Itaparica.

• O jogo viciado do Banco Mundial

Encaminhar o pedido também é, em uma certa medida, aceitar as regras de um jogo viciado, pois se podemos afirmar que a equipe do Painel de Inspeção comportou-se corretamente ao longo do processo, também verificou-se que o instrumento Painel ainda não é aceito pelos funcionários do Banco e nem mesmo por seus diretores executivos. Além do que, somente os diretores julgam a sugestão feita pelo Painel, o que sem a menor dúvida limita o atendimento às indicações encaminhadas. A apresentação do resultado da análise do Painel aos diretores executivos sem nem mesmo o conhecimento dos demandantes parece um equívoco, pois impossibilita sua reação frente ao que é apresentado sobre eles para a diretoria do Banco. Mesmo a proibição da participação dos demandantes no ato de apresentação dos resultados à diretoria e a não possibilidade dos diretores executivos de ouvirem de viva voz de quem demanda, podem, a nosso ver, dificultar o julgamento mais acertado da matéria.

em um diálogo com o diretor executivo holandês sobre a solicitação, ele havia se mostrado muito impressionado com a argumentação do representante do Brasil no Banco Mundial sobre o caso. Disse ele que as dúvidas do representante holandês poderiam ser assim resumidas: o questionamento da propriedade do Painel para o caso e a relativamente alta compensação que já havia sido feita aos atingidos nesses dez anos. Diante dessas novas dúvidas, o Pólo Sindical e a Rede Brasil enviaram uma carta-fax a todos os diretores executivos explicando mais uma vez a posição dos reclamantes frente aos Banco Mundial. A carta acabava com a afirmação de que "a avaliação dos diretores executivos sobre o pedido será também a avaliação desta nova ferramenta do Banco Mundial (o Painel de Inspeção)".

No dia 9 de setembro os diretores executivos chegaram a uma posição. Pouco antes da reunião o representante do Brasil apresentou um Plano de Ação do governo brasileiro para solucionar os problemas existentes e concluir o Projeto de Itaparica com US\$ 290 milhões de recursos próprios.⁴ Ainda assim, não houve um consenso entre os diretores, o que levou à situação da necessidade de votação da matéria. Os diretores executivos votaram, por 52% dos votos a 48%, contra a instalação do Painel de Inspeção para o caso de Itaparica e aprovaram o mencionado o Plano de Ação (do governo brasileiro) para a resolução dos problemas com o Projeto. Aprovaram ainda que o Banco deveria atender à solicitação explicitada pelo diretor executivo do Brasil e monitorar a aplicação do Plano de Ação e o Painel deveria fazer uma viagem ao Projeto depois de um ano para avaliar o que ocorreu no período e informar aos diretores executivos.

A intervenção governamental brasileira contra a instalação do Painel, fundamentada em algumas idéias neo-nacionalistas de soberania, paradoxalmente levou a que o diretor executivo brasileiro solicitasse do Banco Mundial o monitoramento e a avaliação no processo de conclusão do Projeto que passava a contar apenas com recursos do próprio governo.

⁴ Ainda hoje não se sabe se foi efetivamente apresentado um Plano de Ação, o relatório do Grupo interministerial ou apenas a carta do Secretário da SEAIN. Mas, independentemente do que foi apresentado, a população de Itaparica não teve acesso prévio ao documento.



- **Painel e mobilização popular**

Mas, pelo menos no caso de Itaparica, esta não foi uma solicitação feita a "frio". A elaboração da solicitação foi, dentro dos limites do processo, participativa, o anúncio do envio tornado público nas áreas afetadas e no país, o voto do substituto do diretor executivo do Brasil passou a ser vigiado por parte do Congresso Nacional. Enfim, a solicitação foi objeto de mobilização política e social. Assim, se com a solicitação o Pólo Sindical conseguiu unificar seus opositores, também conseguiu tornar-se a motivação de mobilizações e articulações mais amplas com a sociedade civil no Brasil e mesmo no exterior.

- **A importância do lobby junto aos governos do "Sul"**

A importância e o sucesso da intervenção do governo brasileiro contra a instalação do Painel mostra que o monitoramento dos votos do governo brasileiro - e dos países com baixo poder de voto - deve ser uma atividade prioritária para as Organizações da Sociedade Civil brasileira - e dos "países do Sul", pois apesar do voto da maior parte dos "países do Norte", o lobby do governo brasileiro e a atuação coordenada dos "países do Sul" logrou obter uma significativa vitória. Apesar do importante trabalho de solidariedade das ONGs internacionais, o Painel não foi instalado porque o governo brasileiro venceu a batalha contra a posição do Pólo Sindical, da Rede Brasil e de importantes parlamentares no Brasil.

- **Os desdobramentos inesperados: a atuação do Pólo Sindical**

Mesmo assim, o resultado do Painel está sendo transformado pelo Pólo Sindical em uma nova vitória de sua luta, pois novamente, depois de anos, conseguiram uma posição do governo brasileiro que se comprometeu publicamente com o término das obras do Reassentamento e da Irrigação de Itaparica. Ou seja, a vitória do governo brasileiro com a não instalação do Painel parece ter sido ganha somente em Washington, porque no Brasil serviu para recolocar novamente, na ordem do dia, a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica e suas demandas.

O PAINEL DE INSPEÇÃO

O Painel de Inspeção é um comitê do Banco Mundial, criado em 1993, para prover um fórum independente para cidadãos que acreditam que eles ou seus interesses foram ou poderão ser diretamente prejudicados por um projeto financiado pelo Banco Mundial (World Bank. 1994. **The Operating Procedures of The Inspection Panel**).

O Painel pretende ser uma instância de cidadania global, já que oferece a cidadãos de todo o mundo a oportunidade do encaminhamento de uma reclamação diretamente a uma instituição multilateral, sem a necessidade de uma prévia aprovação de governos nacionais para o encaminhamento da solicitação.

Como uma instância do mundo globalizado, as demandas dos cidadãos são encaminhadas ao Painel, uma comissão com três especialistas e dois secretários, que faz uma investigação prévia que orienta sua recomendação à reunião dos diretores executivos do BIRD - Banco Mundial. Isto é, os representantes dos governos nacionais - que tem poder de voto proporcional ao número de ações do BIRD que seus países possuem - aceitam ou não a indicação do Painel. Assim, esta instância multilateral de poder julga a recomendação feita pela equipe do Painel de Inspeção, que pode significar a investigação plena do projeto, a investigação parcial, o acompanhamento de uma reformulação, a elaboração de um plano de ação, ou então, a não investigação.

O Painel começou a operar em setembro de 1994 e já recebeu onze solicitações de investigação de diferentes regiões do planeta. Do Brasil, até o momento, foram encaminhadas solicitações de investigação para o Planaflo (Rondônia, 1995) e Itaparica (Pernambuco/Bahia, 1997).



PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA (PLANAFLORO)

Foi a quarta solicitação de Inspeção enviada ao Banco Mundial. Em 14 de junho de 1995, moradores de Rondônia, representados por uma rede de organizações não-governamentais locais (Fórum de ONGs e Movimentos Sociais de Rondônia), requisitaram o Painel para investigar o Banco, em função do não cumprimento de seus compromissos e, desta forma, prevenir-se de mais estragos de suas terras, seus bens e de sua saúde.

Em 17 de agosto de 1995, o Painel recomendou a investigação, mas os diretores executivos concluíram que precisavam de mais informações factuais, antes de tomar uma decisão. Eles solicitaram do Painel que conduzissem uma Revisão Adicional, submetido à Diretoria em 8 de dezembro de 1995, que de novo recomendou a investigação.

Em 20 de dezembro de 1995, o *staff* do Banco submeteu aos diretores executivos um parecer sobre a implementação do projeto, que incluía um Plano de Ação que deveria enfrentar as principais questões colocadas pelo Painel.

Em 21 de janeiro de 1997, os diretores executivos instruíram o Painel a rever a extensão do progresso ocorrido, ao longo do ano, no gerenciamento do Plano de Ação. O relatório apresentado pelo Painel encontrou diferentes resultados. Mas apesar de vários problemas ainda persistirem, a população local atingida preferiu dar continuidade ao Projeto ao invés de encerrar o envolvimento com o Banco Mundial.

Os diretores executivos revisaram o documento produzido pelo Painel, em abril de 1997, e aceitaram todas as conclusões, na íntegra.

(The Inspection Panel for the World Bank, Overview, June 1997 Update)

Textos já publicados:

- A DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA
Augusto de Franco
- ONGs, POLÍTICAS E ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E DIREITO À INFORMAÇÃO
Homero de Souza Júnior
- MANIPULAÇÃO DE INFORMAÇÕES. TERRORISMO OU
DESINFORMAÇÃO. CONTORNOS DE UMA TRAGÉDIA.
Homero de Souza Júnior
- JANELA ORÇAMENTÁRIA
Homero de Souza Júnior
- ÉTICA NOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS
Homero de Souza Júnior
- A REVISÃO CONSTITUCIONAL PODE
PREJUDICAR A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
Antônio Inagê de Oliveira
- AGORA DÁ PRÁ DIZER:
REVISÃO CONSTITUCIONAL É GOLPE!
Júlio M.G. Gaiger
- MEIO AMBIENTE: OS SINAIS DE ALERTA
NA REVISÃO CONSTITUCIONAL
Maristela Bernardo
- PARA OS ÍNDIOS FAZEREM MAIS FESTAS
Júlio M. G. Gaiger
- FOME, MISÉRIA E DÍVIDA EXTERNA
Deputado Carlos Alberto Müller Lima Torres
- O PAPEL DA ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES
Antonio Carlos A. Telles da Silva
- HABITAÇÃO E REVISÃO CONSTITUCIONAL
Victor Carvalho Pinto
- QUESTÃO AGRÁRIA:
DESENVOLVIMENTO OU MISÉRIA
Sérgio Leite
- MERCADO COMUM, DO SUL?
Valter Bianchini
- OS CONFLITOS NO MERCOSUL
Guilherme Rogel
- O MERCOSUL E A AGRICULTURA
Gracia Maria Vecelli Besen
- INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA
IBGE
- PROPOSTA DE REFORMA DO SISTEMA
POLÍTICO E DO ESTADO NA DIREÇÃO
DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA,
EFICIENTE, EQÜITATIVA E SUSTENTÁVEL
Eduardo Viola
- OS PROBLEMAS DA AVALIAÇÃO DE
IMPACTO AMBIENTAL NO BRASIL
Emílio Lèbre La Rovere
- HIDROELÉTRICAS E MEIO
AMBIENTE NA AMAZÔNIA
Emílio Lèbre La Rovere
- AÇÃO LOCAL
UMA NOVA OPÇÃO DE PARTICIPAÇÃO
ÉTICO POLÍTICA
Augusto de Franco
- REFLEXÕES DA CAMPANHA DA FOME
Bizeh Jaime
- ORÇAMENTO PÚBLICO
Desvendando a caixa-preta
Paulo Furtado e Jussara de Goiás (INESC)
- MANICÔMIOS
UM CASO DE DIREITOS HUMANOS
Henriqueta Camarotti Costa
- APARTAÇÃO
- UM DICIONÁRIO -
Cristovam Buarque
- PARCERIA ESTADO-SOCIEDADE:
ASPECTOS JURÍDICOS
Roberto Aguiar
- CORRUPÇÃO E REFORMA POLÍTICA
Jó de Araújo
- MAPA DA FOME ENTRE OS POVOS
INDÍGENAS NO BRASIL (I)
Ricardo Verдум
- PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E
ELIMINAÇÃO DA MISÉRIA E DA FOME
Maristela Bezerra Bernardo
- MEIO AMBIENTE, FOME E MISÉRIA
UM CASO DO CERRADO MINEIRO
Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret
- DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NA FAIXA
DE FRONTEIRA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988
Paulo Machado Guimarães
- POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE:
UM TEMA CONTROVERTIDO
George Martine
- AS BASES DA "NOVA LEGISLAÇÃO" DA INFÂNCIA
Irene Rizzini (Universidade Sta. Úrsula)
- AS CONQUISTAS A SEREM MANTIDAS
NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
NÃO! AO RETROCESSO REPRESSOR
Fórum DCA

SOLIDARIEDADE COMO NOVA
OPÇÃO ÉTICO-POLÍTICA
Augusto de Franco

PROJETO - ISSO
Indicadores para uma Intervenção
Social sobre o Orçamento Público
Celina Junqueira e Paulo Eduardo Rocha

A AÇÃO CIDADÃ NA NOVA REALIDADE
POLÍTICO BRASILEIRA
Augusto de Franco

PROJETOS EM HORTAS COMUNITÁRIAS:
(Instrumentos de Ação)
D'Alambert de Barros Jaccoud

IDÉIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO
MANDATO PARLAMENTAR
Francisco Inácio de Almeida

ALERTA PELA VIDA AMEAÇADA
(Um combate à violência no campo)
José do Carmo Alves Siqueira

INIMPUTABILIDADE NÃO É IMPUNIDADE
*Jussara de Goiás, Amaral e Silva,
Munir Cury, Antonio Jurandir Pinotti*

CAMPANHA NACIONAL PELO FIM DA EXPLORAÇÃO,
VIOLÊNCIA E DO TURISMO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
*Jussara de Goiás e Entidades de Articulação
Nacional e Regionais*

BANCADA RURALISTA NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Análise Preliminar: Conceito, Força e Fraqueza)
Edécio Vigna de Oliveira

ORÇAMENTO MUNICIPAL
A participação da sociedade civil na
sua elaboração e execução
(Encarte - Glossário de Termos Orçamentários-
Afins - Versão Resumida - ABOP)
Elenaldo Celso Teixeira

OS DILEMAS DA CONSTRUÇÃO
DA CIDADANIA NO BRASIL
Jussara de Goiás

GUIA DE ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO
LOCAL EM MATÉRIAS DE ORÇAMENTO
Homero de Souza Júnior

DIREITO SONEGADO: O CASO DAS
COOPERATIVAS DE TRABALHADORES RURAIS
*Paulo Roberto Correia da Silva, José Jorge Gabara e
Luís Rodrigo Pinotti*

A RELAÇÃO POSSÍVEL ENTRE A QUESTÃO
INDÍGENA E O PATRIMÔNIO CULTURAL
Marilza Veloso Motta Santos e Ana Gita de Oliveira

A JUSTIÇA AGRÁRIA NO BRASIL
Marcílio Toscano Franca Filho

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL:
UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO
Maria de Nazareth Baudel Wanderley

GESTÃO AMBIENTAL NA REALIDADE:
DA RIO PLUS 5 A CARUARU PLUS 1
Flora Cerqueira

O INESC autoriza a reprodução parcial ou total de todos os textos constantes das edições do "Subsídio", desde que citada a fonte; solicitando-se que seja enviada uma cópia da publicação. Os leitores do "Subsídio" podem contribuir com artigos, relato de experiências, textos, etc que serão submetidos ao Conselho Editorial que se responsabilizará em discutir com os autores as modificações que, porventura, venham a ser necessárias.

Instituto de Estudos Sócio-Econômicos
SCS - Qd. 08 - Bloco B-50 - Salas 433/441
Supercenter Venâncio 2.000 - CEP: 70.333-970 - Brasília - DF
Fone: (061) 226.8093 - Fax: (061) 226.8042
E. Mail: ALTERNEX: inesc@ax.apc.org - INTERNET: inesc@brnet.com.br